



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA – CONTAS DE GOVERNO

ÂNGELO ANTÔNIO CORTELETTI
Prefeito Municipal no exercício de 2020

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município

2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Águia Branca/ES

Entidade: Prefeitura Municipal de Águia Branca

Gestor responsável: Ângelo Antônio Corteletti

Exercício: 2020

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2020, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 8.677/2019, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2015 e suas alterações, bem como em razão da regulamentação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo IN 34/2015, IN 68/2020 do TCEES e Resolução 227/2011 do TCEES.

Ressaltamos que a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2020 foram prejudicadas em razão da redução de pessoal (conforme será demonstrado no quadro de pessoal abaixo), visto que o Plano Anual de atividades foi elaborado, contando com apenas um (01) servidor atuante no setor.

Além disso, considerando as novas demandas surgidas no curso do exercício do ano de 2020 como atendimentos as notificações dos órgãos de Controle Externo, Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência, e atendimento ao canal de Ouvidoria, não se tornou possível o exercício das atividades de forma efetiva.

É notório que, apesar do não cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2020 em razão da ausência de Auditor Público Interno Efetivo, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI avaliações da Entidade – MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, elencados na **Tabela Referencial 01 da IN 68/2020**, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	LOA Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite.	Valor Mensal de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo: R\$135.915,55 Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2020: R\$1.630.983,83
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.593/2020.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Análise da Lei 1.593/2020 que regulamenta a reavaliação atuarial no exercício de 2020.	Art. 2º da Lei 1.593/2020, que regulamenta o Plano de Amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.
1.4.1	Educação aplicação mínima	PCA recebida dia 17.03.2021 RREO ANEXO 8 Sistema de Contabilidade Pública Sistema CidadES	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2020: R\$ 6.391.608,26 Percentual de aplicação: 27,05%
1.4.4	Saúde	PCA recebida dia	CRFB/88, art. 77,	Avaliar se foram aplicados, em	Análise do	Valor aplicado nas ações e serviços



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	aplicação mínima	17.03.2021 RREO Anexo 12 Sistema de Contabilidade Pública Sistema CidadES	inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	públicos de saúde no exercício de 2020: R\$ 4.379.921,14 Percentual de aplicação: 19,12%
1.4.7	Despesas com pessoal limite	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF Anexo 1 Sistema de Contabilidade Pública Sistema CidadES	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Receita Corrente Líquida: R\$ 43.948.554,73 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 18.403.622,33 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 41,88%
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo LEIPESS Portal da Transparência Documentação Recursos Humanos	LC 101/2000, art. 21, inciso II	Avaliar se foram praticados atos que provoquem aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	LEIPESS – Cópia de Leis e Atos Normativos de Pessoal Portal da Transparência: informações dos Demonstrativos de remunerações servidores – Agentes de Saúde da Administração Pública Documentação Recursos Humanos	Análise das Leis e Atos Normativos de Pessoal no ano de 2020. Demonstrativo de remunerações dos Agentes de Saúde disponíveis no Portal da Transparência – Pessoal - Servidores Informações colhidas no Setor de Recursos Humanos
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	PCA recebida dia 17.03.2021	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o pessoal no Poder Executivo.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 43.948.554,73



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RGF Anexo 1 Sistema de Contabilidade Pública Sistema CidadES		Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.		Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 18.403.622,33 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 41,88%
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF Anexo 1 Sistema de Contabilidade Pública Sistema CidadES	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 43.948.554,73 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 18.403.622,33 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 41,88%
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	LOA PCA recebida dia 17.03.2021 BALVER RELGES Sistema Público de Contabilidade – Transferência de Recursos Financeiros para a Câmara Municipal Sistema CidadES.	CRFB/88, art. 29- A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal no exercício de 2020.	Valor de Transferência no Limite de 7% ao ano: R\$ 1.630.986,72
1.4.15	Dívida pública	PCA recebida dia	LC 101/2000, art.	Avaliar se a dívida consolidada	Demonstrativo da Dívida Consolidada	Saldo da Dívida Consolidada no



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	17.03.2021 RGF Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada	31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.		Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	PCA recebida dia 17.03.2021 RREO RGF Anexo 4	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo das Operações de Crédito	O Município de Água Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2020
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019 PPA - 2018/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Lei nº 1.538/2019	Lei nº 1.538/2019 que regulamenta as diretrizes para elaboração da lei orçamentária no exercício financeiro de 2020 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Lei nº 1.538/2019 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 42 da Lei nº 1.538/2019.
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Lei nº 1.538/2019 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf	Análise da matéria constante do art. 33, caput e parágrafo único da Lei nº 1.538/2019.
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei nº 1.538/2019 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf	LDO - Lei nº 1.538/2019 - Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais 2020.
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Lei nº 1.538/2019 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf	LDO – Lei nº 1.538/2019: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Demonstrativo 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais no exercício anterior – Demonstrativo 2



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>Manual de Demonstrativos Fiscais – 9ª edição – aprovado pela Portaria nº 389/2018</p>	<p>Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores — Demonstrativo 3</p> <p>Evolução do Patrimônio Líquido — Demonstrativo 4</p> <p>Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Demonstrativo 5</p> <p>Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Demonstrativo 6</p> <p>Estimativa e compensação da renúncia de receita – Demonstrativo 7</p> <p>Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Demonstrativo 8.</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais – 9ª edição</p> <p>02.01.02.01 Tabela 1– Metas Anuais</p> <p>02.02.02.01 Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior</p> <p>02.03.02.01 Tabela 3 – Metas Fiscais atuais comparadas com as</p>
--	--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>fixadas nos três exercícios anteriores</p> <p>02.04.03.01 Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido</p> <p>02.05.03.01 Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos</p> <p>02.06.02.01 Tabela 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS</p> <p>02.07.03.01 Tabela 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita</p> <p>02.08.03.01 Tabela 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado</p>
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei nº 1.538/2019 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf	<p>LDO – Lei nº 1.538/2019</p> <p>-Análise da matéria constante do art. 28, caput e §1º da Lei nº 1.538/2019.</p> <p>- Análise do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.</p>
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.538/2019	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância	Lei nº 1.538/2019 Disponível no Portal da Transparência: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf	<p>LDO – Lei nº 1.538/2019: Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais –</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	92426-lido-exercicio-financeiro-de-2020.pdf Manual de Demonstrativos Fiscais – 9ª edição – aprovado pela Portaria nº 389/2018 da STN.	9ª edição 01.01.02.01 Tabela 1 – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LOA – Lei 1.548/2019 LDO – Lei 1.538/2019 PPA – Lei 1.417/2017 PCA recebida dia 17.03.2021 RELGES	CRFB/88, 165, § 7º	art. Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	- Análise do Comparativo da Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	Compatibilidade das Ações, programas e projetos de governo. Relatório de Gestão
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LDO – Lei 1.538/2019 LOA – Lei 1.548/2019	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	LDO - Anexo de Metas Fiscais LOA – Anexo de Compatibilização do Orçamento	LDO - Anexo de Metas Fiscais LOA – Anexo de Compatibilização do Orçamento
2.1.13	LOA reserva de contingência	LOA – Lei 1.548/2019 LDO – Lei 1.538/2019	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Análise da Lei Orçamentária Anual Análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias	LOA - Art. 3º da Lei nº 1.548/2019 Anexo VII LDO - Art. 28 da Lei nº 1.538/2019 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Providências.
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LOA – Lei 1.548/2019 LDO – Lei 1.538/2019	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Análise da Lei Orçamentária Anual Análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias	LOA – Ficha 11 – PPA – Projeto/Atividade 3.006 – Pagamento de sentenças judiciais devidas. LDO – Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providência
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	PCA enviada dia 17.03.2021 Anexo: DECPRO	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	PCA e Anexo Declaração de programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso	Declaração emitida pelo Chefe do Poder Executivo informando que não foram emitidos atos normativos para programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no exercício de 2020.
2.1.17	Transparência na gestão	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Anexo INCENTIVA – declaração da Prefeitura Municipal de Água Branca acerca das audiências públicas durante o processo de elaboração de PPA, LDO e LOA.	Anexo da PCA – INCENTIVA: Declaração da Prefeitura Municipal de Água Branca informando que em razão da pandemia do CORONAVÍRUS não foi realizado Audiência Pública durante o processo de elaboração e discussão de LDO e LOA.
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo LIMITA LDO – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Anexo LIMITA – Declaração de Limitação de Empenho LDO – Lei 1.538/2019 Anexo de Metas Fiscais	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Água Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei 1.538/2019, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo DEMRE LDO – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	Análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei nº 1.538/2019	Anexo de Metas Fiscais Demonstrativo de Renúncia de Receitas – não há previsão de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária. LDO – Lei nº 1.538/2019, art. 13 Disciplina a estimativa e compensação de renúncia de receita Anexo de Metas Fiscais
2.2.4	Renúncia de receitas de eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo DEMRE LDO – Lei nº 1.538/2019	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	Análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei nº 1.538/2019	Demonstrativo de Renúncia de Receitas – não há previsão de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária. LDO – Lei nº 1.538/2019, art. 13 Disciplina a estimativa e compensação de renúncia de receita Anexo de Metas Fiscais
2.2.5	Renúncia de receitas legislação específica	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo DEIMU	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos,	Anexo da PCA: Demonstrativo de Imunidade Tributária LDO – Lei nº 1.538/2019, art. 13	Anexo da PCA: Demonstrativo de Imunidade Tributária LDO – Lei nº 1.538/2019, art. 13



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.		
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	PCA recebida dia 17.03.2021 Portal da Transparência	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	PCA recebida dia 17.03.2021 Portal da Transparência	PCA recebida dia 17.03.2021 Portal da Transparência
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Portal da Transparência	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Análise do Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF.	Portal da Transparência PPA https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190325112736-ppa-2018-2021.pdf LDO https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092426-ldo-exercicio-financeiro-de-2020.pdf LOA https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316091854-loa-exercicio-financeiro-de-2020.pdf RREO https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=4



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						RGF https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência Relatórios de Execução Orçamentária – Anexos e RREO	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Análise do Portal da Transparência – foram publicados, todos os anexos referente a Execução Orçamentária e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Portal da Transparência Relatórios de Execução Orçamentária – Anexos e RREO https://www.prefeituradeaguabranca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=4
2.2.26	Limitação para de custeio de despesas	LOA – Lei 1.548/2019 LDO – Lei 1.538/2019 Sistema de Contabilidade Pública	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Análise das matérias da LDO. Análise das matérias da LOA. Análise do Sistema de Contabilidade Pública	Na LDO não há previsão de limitação de custeio de despesas. Na LOA não há previsão de limitação de custeio de despesas. No Sistema de Contabilidade Pública não constam quaisquer transferências para custeio de despesas a outros entes da Federação
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência Da Câmara Municipal	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Análise da Legislação no Portal da Transparência Da Câmara Municipal	Não consta Legislação no Portal da Transparência da Câmara Municipal que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista.
2.2.29	Déficit orçamentário	PCA enviada dia 17.03.2021	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho	Anexo LIMITA – Declaração de Limitação de	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	medidas de contenção	Anexo LIMITA RELGES		e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Empenho Relatório de Gestão	Município de Água Branca não editou atos legais de limitação de empenho. Relatório de Gestão com a informação de que o Município de Água Branca não teve déficit orçamentário no ano de 2020.
2.4.4	Dívida pública evidenciada no RGF	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Sistema de Contabilidade Pública	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II -Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Análise do RGF – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida: o Município de Água Branca não possui Dívida Consolidada Líquida
2.4.5	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Sistema de Contabilidade Pública	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II -Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Análise do RGF – Anexo II -Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida: o Município de Água Branca não possui Dívida Consolidada Líquida



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Demonstrativo de Operações de Crédito	Análise do Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal – o município de Água Branca não realizou Operações de Crédito em 2020.
2.4.7	Operação de crédito instituição financeira controlada	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Demonstrativo de Operações de Crédito	Análise do Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal – o município de Água Branca não realizou Operações de Crédito em 2020.
2.4.8	Operação de crédito vedações	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Demonstrativo de Operações de Crédito	Análise do Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal – o município de Água Branca não realizou Operações de Crédito em 2020.
2.4.11	Operação de crédito limite global	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Demonstrativo de Operações de Crédito	Análise do Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal – o município de Água Branca não realizou Operações de Crédito em 2020.
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações,	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal,	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4	Análise do Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal – o município de Água Branca não realizou



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	juros e mais encargos	Gestão Fiscal Anexo 4	art. 7º, inciso II.	dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Demonstrativo de Operações de Crédito	Operações de Crédito em 2020.
2.4.15	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias limite	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	PCA recebida dia 17.03.2021 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Demonstrativo de Operações de Crédito	Análise do Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal – o município de Água Branca não realizou Operações de Crédito em 2020.
2.5.17	Avaliação atuarial - Inicial	PCA recebida dia 17.03.2021 Anexo DEMAAT SUSTEN	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	DEMAAT – Avaliação Atuarial Anual para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. SUSTEN – Demonstrativo Do estudo de viabilidade do Plano de Custeio do RPPS	Reavaliação Atuarial 2020 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) Lei Municipal nº1.593/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1593-2020-1601036026.pdf SUSTEN – Demonstrativo Do estudo de viabilidade do Plano de Custeio do RPPS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2020 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, conforme Portal da Transparência estavam à disposição desta Unidade Central, o total de 02 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral, e 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria.

Vale ressaltar que a Prefeitura Municipal de Águia Branca inaugurou Procedimento Licitatório nº 045/2017 do Pregão Presencial nº 039/2017, visando à realização de concurso público para provimento de vagas do cargo de Contador, Escriturário e Auditor Público Interno conforme o contrato de nº 192/2017.

Nesse sentido, considerando que o referido concurso obteve êxito em todas as suas fases, foi nomeada no dia 11/11/2020 a servidora FABIANE DALAFINA MATOSAK GUARESQUE para exercer o cargo de Auditor Público Interno nesta Controladoria Geral.

Nesse sentido, ao final do ano de 2020, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2020
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município se encontra com um déficit no quadro de servidores, tendo em vista, que, com a mudança de Gestão Municipal, e posse do Prefeito Municipal atual, o quadro de servidores, continua apenas com 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, considerando que a Auditora Pública Interna assumiu seu cargo efetivo somente no final do exercício do ano de 2020, não houve tempo hábil suficiente para realização das atividades do PAAI do Controle Interno.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2020, não foi possível o cumprimento das atividades previstas no PAAI/2020, tendo em vista, como mencionado acima, a nomeação de Auditor Público Interno efetivo somente ocorreu no final do exercício.

2.1 Auditoria Interna executada/ procedimento realizado

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras e nas Contas de Governo.

Ressalta-se que, no ano de 2020 a UCCI do Município de Águia Branca não contava com a presença de Auditor Público Interno, cargo que, necessariamente dependia de provimento em concurso público, o que torna prejudicada a realização de Auditorias por este órgão responsável.

Além disso, registra-se que a nomeação da servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, ocorreu somente no mês de Novembro, o que impossibilitou o cumprimento das atividades do Plano Anual de Auditoria – PAAI.

Ante o exposto, a disponibilidade de servidores no exercício do ano de 2020 não foi satisfatória para atender todas as demandas, de modo que restou prejudicada as atividades desenvolvidas pela Unidade Central de Controle Interno.

2.2 Auditoria e outros procedimentos realizados

Partindo das informações colhidas na UCCI arquivadas pelo Controlador Geral do exercício anterior, no ano de 2020, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instruções Normativas do TCEES 28/2013 suas alterações, 34/2015 e 40/2016, 68/2020 Resolução TCEES nº 227/2011 e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2020, foram expedidas diversas Recomendações e alertas a Administração Pública Direta, conforme os Ofícios citados abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO nº 001/2020 de RECOMENDAÇÃO quanto à elaboração de planejamento de gastos, sobretudo em relação aos limites previstos na legislação vigente, no acompanhamento das metas de arrecadação conforme RREO;
- OFÍCIO nº 002/2020 de RECOMENDAÇÃO quanto à publicidade do RREO e RGF, prevista no art. 48, art. 52 e art. 54 DA LRF;
- OFÍCIOS nº 003/2020, 004/2020 e 005/2020 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2020, conforme IN 43/2017 e alterações;
- OFÍCIO nº 007/2020 de RECOMENDAÇÃO de convocação do classificado no Concurso Público 001/2018 no Cargo de Auditor Público Interno;
- OFÍCIOS nº 016/2020 e 017/2020 de RECOMENDAÇÃO aos Vereadores da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos Secretários quanto à vedação de condutas durante o período eleitoral;
- OFÍCIO nº 018/2020, 019/2020, 020/2020, 021/2020 de RECOMENDAÇÃO em razão da Nota Técnica da AMUNES, SEI nº 12774/2020 do Ministério da Economia, que trata das orientações aos entes da Federação quanto à contabilização e ao tratamento fiscal dos recursos recebidos e aplicados no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
- OFÍCIO nº 020/2020 de RECOMENDAÇÃO e Notificação ao Prefeito Municipal quanto às exigências contidas no Processo TC 4924/2017 – Acórdão TC-1589/2019 – Plenário;
- OFÍCIOS nº 021/2020 e 022/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal para que siga as orientações do Ministério Público de contas do Espírito Santo;
- OFÍCIO nº 023/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Setor de Tecnologia e Informação quanto aos levantamentos apontados na Notificação nº 00550/2020-8, referente ao Processo nº 03161/2020-6 - Decisão Monocrática 00460/2020-9 – Portal da Transparência/emergências/covid-19;
- OFÍCIO nº 024/2020 de RECOMENDAÇÃO a Secretaria Municipal de Saúde quanto a Notificação de Denúncia na Ouvidoria Geral do Espírito Santo – protocolo nº 202007519;
- OFÍCIO nº 025/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal e a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Secretaria Municipal de Educação quanto ao envio de informações ao TCEES referente aos levantamentos de dados sobre a Educação constante do Ofício 01926/2020-7;

- OFÍCIOS nº 027/2020 e nº 030/2020 de RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal e a Procuradoria Jurídica constante na Notificação individual dos servidores para que efetuem a restituição aos cofres públicos de Auxílio Emergencial recebido indevidamente;
- OFÍCIO nº 031/2020 de RECOMENDAÇÃO e NOTIFICAÇÃO da Fiscalização do TCEES de Ofício nº 02744/2020 para envio de informação acerca do enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2020, conforme arquivos de Instruções Normativas disponíveis na UCCI, bem como em razão de sua disponibilização no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, não foram elaboradas novas Instruções Normativas para regulamentação de atividades desenvolvidas nas Contas de Governo – Município de Águia Branca.

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2020 da Entidade – Município de Águia Branca, sob responsabilidade do Prefeito Municipal no exercício de 2020, Exmo. Ângelo Antônio Corteletti.

O objetivo consistiu em apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, previdenciária, contábil e financeira da Prefeitura Municipal de Águia Branca, em face ao cumprimento das determinações contidas na IN TCE/ES nº 28/2013 e IN 68/2020, dispositivos da Lei Municipal nº 4080, de 29/08/2013, art. 70 e 74 da CFRB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELOCI e RELACI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5 Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2020.

No decorrer do exercício do ano de 2020, foram enviadas Recomendações pelo Controlador Geral anterior no sentido de orientar a Unidade Gestora quanto ao cumprimento dos limites legais.

2.6 Análises Técnicas

Considerando os documentos arquivados na presente UCCI, verificou-se que não houve cumprimento do Plano Anual de Auditoria – PAAI 2020, tendo em vista que, não foram realizadas Auditorias pelas razões já suscitadas, razão pela qual não foram emitidas Orientações técnico-jurídicas de apontamento de irregularidades encontradas na Entidade.

No entanto, embora não conste a realização de auditorias técnicas que aponte orientações a Entidade que são de competência da Controladoria Geral, foram atendidas pelo Controlador Geral anterior todas as denúncias do canal de OUVIDORIA e e-SIC no ano de 2020.

Além disso, considerando as Comunicações acerca do Recebimento Indevido de Auxílio Emergencial pelos Servidores Públicos realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo ao Município de Águia Branca, foram expedidas várias RECOMENDAÇÕES aos Setores Responsáveis, no período de Agosto/Dezembro de 2020, no intuito de que os servidores fossem notificados a restituir espontaneamente aos cofres públicos o Auxílio Emergencial indevidamente recebido.

Nesse sentido, é mister apontar que a Controladoria Geral no exercício de suas atribuições, e em observância aos regramentos legais, acompanhou as diversas notificações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, recomendando através de comunicação escrita os questionamentos direcionados a cada Unidade Gestora submetida a controle pela UCCI.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

No mais, a Controladoria Geral emitiu pareceres com a finalidade de avaliar processos de Aposentadoria e Pensão por Morte, expedidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, bem como opinou pela Homologação de Processo de Convocação de pessoal em Concurso Público.

2.7 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão, disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2020, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2020

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2020
Janeiro	0	10 pedidos de acesso à informação
Fevereiro	01	
Março	0	
Abril	01	
Maio	01	
Junho	0	
Julho	02	
Agosto	03	
Setembro	0	
Outubro	0	
Novembro	01	
Dezembro	01	

2.8 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, denota-se que foram encontradas em seu detalhamento as informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, no ano de 2020, considerando a pandemia que atingiu todos os Municípios do país, e em decorrência de novas normativas para facilitar o uso de recursos recebidos pelo Governo, foi atualizado o Portal da Transparência com a criação de detalhamento **Emergências/COVID-19** que permitiu o acesso ao cidadão dos dados referente ao gasto público no combate e controle da pandemia do Coronavírus.

O aprimoramento do Portal da Transparência com o fornecimento das informações acerca da Covid-19 permitiu ao cidadão o acesso as Licitações, Dispensa e Inexigibilidade dos Contratos, a realização de Contratos Emergenciais, as Receitas, Despesas, Ordem de Compras, Legislação Estadual e Municipal, Orientações do Ministério Público Estadual, e demais documentos referente às ações de combate ao Coronavírus no ano de 2020, de forma a facilitar a navegação para seus diferentes públicos.

2.9. Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2020, o Controlador Geral do Município participou do Curso prático sobre relatórios de controle interno a enviar ao TCEES na PCA de 2020, que foi realizado nos dias 28.01.20 (8:30h às 17:30h) e 29.01.20 (8h às 17h), totalizando 16 horas/aulas, Vitória/ES, ministrado pela FEST.

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universo do Ponto de Controle³	Amostra Selecionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HOUE.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.1 Atendimentos ao Tribunal de Contas Controle Externo, Fiscalização e Levantamento.

Em verificação realizada pela UCCI constatou-se que se encontra em andamento no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo o PROCESSO 03524/2017-6 referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Vale mencionar que, a Controladoria Geral depois de realizados os levantamentos na Secretaria Municipal de Finanças, elaborou PLANO DE AÇÃO no ano de 2017, que foi encaminhado ao TCEES no intuito de adotar medidas e os respectivos resultados para sanar as irregularidades na Área de Administração Tributária Municipal.

Por conseguinte, o TCEES aprovou o PLANO DE AÇÃO apresentado pelo Controlador Geral Municipal do exercício do ano anterior, sendo proposto pelo TCEES que o Controle Interno Municipal proceda ao monitoramento do cumprimento do presente Plano de Ação e encaminhamento ao referido Tribunal quanto aos resultados obtidos.

Ante o exposto, analisando o referido Plano que se encontra disponível na UCCI, constatou-se o não cumprimento de algumas ações previstas com vigência final no exercício de 2020.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2020 através do PAAI/2020 ficaram prejudicadas em razão da ausência de Auditor Público Interno Efetivo, que somente foi convocado para assumir o cargo no mês de Novembro de 2020.

Ressalta-se que esta Controladora Geral assumiu a função nesta UCCI apenas no início de 2021, e por ocasião desta, não tem o condão de prestar demais esclarecimentos acerca do não cumprimento das atividades desenvolvidas pelo Controlador Geral Municipal no exercício do ano anterior.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Nesse ínterim, os levantamentos foram realizados com base nas consultas aos arquivos presentes na UCCI. É o que tínhamos a expor a Vossa Excelência.

Para o exercício de 2021, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a reestruturação da UCCI, visando à atualização das Instruções Normativas, e criação de novas normativas em atendimentos as demandas das Unidades Gestoras.

No 1º quadrimestre de 2021 a CGM estará empenhada em elaborar o PAAI/2021, e realizar o Planejamento das Auditorias que serão realizadas nas 04 (quatro) Unidades Gestoras no exercício do corrente ano.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva das Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes e, no tocante ao cumprimento das exigências do Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2021.

Menara Scaldaferro Rodrigues
Controladora Geral do Município
Decreto nº 9.245/2021